



Faculdade de Ciências da Saúde – FACS
Curso de Psicologia
Disciplina: Monografia

O LUGAR DO PAI NA CONTEMPORANEIDADE

CARMEM SIRIMARCO FERNANDES

**Brasília
Dezembro, 2007**

CARMEM SIRIMARCO FERNANDES

O LUGAR DO PAI NA CONTEMPORANEIDADE

Monografia apresentada ao Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências da Saúde – FACS do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB como requisito para a obtenção do grau de Psicólogo.

Orientador: Professor DR. Marcos Abel.

**Brasília
Dezembro, 2007**



Faculdade de Ciências da Saúde – FACS
Curso de Psicologia
Disciplina: Monografia

Esta monografia foi aprovada pela comissão examinadora composta por:

Professor Marcos Abel Assinatura _____

Professora Morgana Queiróz Assinatura _____

Professora Leonor Bicalho Assinatura _____

A Menção Final obtida foi:

BRASÍLIA, DEZEMBRO/2007

Dedico este trabalho à minha família.

AGRADECIMENTOS

A Deus,
Pela força espiritual para a realização desse trabalho.

Ao meu pai René,
Que sempre estará presente na minha lembrança e no meu coração.

À minha mãe Maria Sabina,
Pelo incentivo, apoio e carinho.

Ao meu esposo Joaquim,
Pelo eterno orgulho de nossa caminhada, pelo estímulo, apoio, compreensão, ajuda,
e, em especial, por todo carinho ao longo deste percurso.

Às minhas filhas Mariana, Heloisa e Lucia,
Pelo estímulo, carinho, compreensão e pela grande ajuda

Aos meus genros Murilo e Luís Eduardo,
Pelo incentivo e cooperação.

À Maria José e Andrezinho,
Pela dedicação.

Aos meus amigos e colegas de curso,
Pela cumplicidade, ajuda, amizade e pelos momentos de alegria e descontração.

Aos professores do curso de psicologia do UniCEUB,
Pela generosidade em compartilhar os seus conhecimentos.

À professora Sandra Baccara,
Pela inspiração deste trabalho.

Ao professor Marcos Abel,

Pela atenção, gentileza, paciência e pela orientação deste trabalho.

E a todas as pessoas envolvidas direta ou indiretamente para a elaboração deste trabalho.

*“Jesus” [...] pondo-se de joelhos, orava, dizendo:
Pai, se queres, passa de mim este cálice;
todavia não se faça a minha vontade, mas a tua.
E apareceu-lhe um anjo do céu, que o fortalecia.”*

Lucas (22:41-43).

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é refletir sobre a função paterna na contemporaneidade. Como problema de pesquisa, a pergunta foi: Qual é a função que o pai vem exercendo na sociedade contemporânea? Para responder a esta pergunta, foi utilizado como método de trabalho a pesquisa bibliográfica que consiste no levantamento da bibliografia referente ao tema. O trabalho foi elaborado em três capítulos: o pai e a família, o pai em Lacan, a família e a função paterna na contemporaneidade. No primeiro capítulo optou-se em discorrer sobre os três mitos de Freud: Édipo, Totem e tabu e Moisés e o monoteísmo. O segundo capítulo discorre sobre a observância do pai para Lacan, onde a incidência paterna aparece sob três aspectos: o pai simbólico, o pai imaginário e o pai real. E o terceiro e último capítulo descreve sobre qual é a função que o pai vem exercendo na família contemporânea. Ao final observou-se que várias respostas foram dadas a essa questão. Quaisquer que sejam as definições adotadas há um acordo entre sociólogos, historiadores, juristas e psicólogos no sentido de constatar um declínio social da paternidade no século XX.

Palavras-Chave: Pai. Função paterna. Contemporaneidade.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 O PAI E A FAMÍLIA.....	12
2.1 O Pai em Freud.....	13
2.1.1 O Pai em Édipo.....	14
2.1.2 O Pai em Totem e tabu.....	18
2.1.3 O Pai em Moisés.....	21
3 O PAI EM LACAN.....	26
4 A FAMÍLIA E A FUNÇÃO PATERNA NA CONTEMPORANEIDADE..	30
5 CONCLUSÃO.....	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40

1 INTRODUÇÃO

O que é ser um pai? Diversas respostas foram dadas a esta questão que continua aberta a indicações. Quaisquer que sejam as definições adotadas há acordo entre sociólogos, historiadores, juristas e psicólogos no sentido de constatar um declínio social da paternidade no século XX.

Em *Análise de uma Fobia em um Menino de Cinco Anos* (1909), Freud já havia detectado as dificuldades do homem moderno no papel de pai, na clínica de Freud essa situação era percebida por meio dos discursos sobre a dificuldade em ser pai.

Na impossibilidade de responder “o que é um pai?”, Freud lança mão de mitos e narrativas ficcionais utilizadas em diferentes momentos de sua obra com a finalidade de esclarecer pontos obscuros sobre a função do pai. Em seu primeiro mito, que se constitui no pilar da psicanálise – Édipo, o pai se sente ameaçado por seu filho a ponto de querer livrar-se dele, e termina assassinado por esse ser que tanto temia, como previsto pelo oráculo.

No segundo mito, *Totem e Tabu* (1913), Freud salienta o papel do pai da horda, que é detentor de todas as mulheres a ponto de expulsar seus filhos de casa. Esse pai, considerado tirano, é então morto pelos filhos que o devoram num ritual antropofágico. Porém, logo após, o ocorrido emerge um sentimento de culpa nos irmãos. Motivados pela culpa, instituem sob a forma de tabu, duas normas que passam a reger a sociedade primitiva: a proibição do parricídio e a interdição do incesto.

No terceiro mito, *Moisés e o Monoteísmo* (1939), Freud tenta responder questões que se remetem, de certo modo, às suas próprias vivências ligadas ao judaísmo. Moisés é o líder que tira seu povo de uma situação de opressão e o conduz para um novo destino.

Nas obras de Lacan, a questão do pai é central, apesar de falar menos do nome pai e mais do “Outro”. Lacan aponta questões à função paterna por meio dos registros imaginário, simbólico e real.

O pai no Simbólico é o pai que instaura a falta, é pai morto de *Totem e tabu*, e o pai morto é o paradigma para o que seja a *função paterna*. Mesmo que o pai tenha realmente morrido, a função permanece ativa, ou seja, o pai não é pessoa, é um lugar que, simbolicamente, confere a um homem um poder. Ao ser designado como pai, um homem ocupa um lugar simbólico que o investe e, por essa operação, ele encarna e detém a Lei.

O pai no Imaginário é o pai como imagem, a demanda de uma criança, menino ou menina, que se volta para este pai que é qualificado como castrador a quem a criança responsabiliza pelo seu próprio ser, porém, é uma imagem forte; um pai estimado e amado; uma imagem que possa ser apresentada publicamente, que se possa admirar e não ridicularizar. É o que permite deixar a mãe e receber do pai o traço que identifica a virilidade, o substituto do falo. Este é o pai que Lacan chama de privador. Ele priva a mãe, pois ele tem o que ela não tem e ele dá isso a ela quando ele quer. Para a criança, o pai imaginário é privador não, inicialmente, porque priva a criança, mas porque priva a mãe. E, ao privar a mãe, ele inscreve nela a falta de ser.

Lacan fala muito mais no real do pai, mas esse Real não é a realidade, o que significa que um homem pode ocupar um lugar, se este lugar estiver ali e se o lugar estiver vazio. Entretanto, este lugar é designado pela mãe, ou seja, o pai real ocupa o lugar simbólico designado pela mãe, o que permite à criança fazer o luto do pai imaginário e ideal.

A família representa um papel determinante na cultura. É dela a responsabilidade de socializar o indivíduo, introduzindo-o socialmente a outros grupos. É também o lugar em que o indivíduo adquire suas identificações e conseqüentemente inicia sua estruturação psíquica.

O início da modernidade foi caracterizado principalmente como um período de transição, onde os valores contestados ainda se fizeram presentes por bastante tempo. Entre os valores tradicionais ainda em vigor na modernidade, destaca-se a estrutura patriarcal. O poder do pai sobre a família tornou-se cada vez mais limitado pela autoridade, enfim reconhecida, da mãe; e pela intervenção crescente da

sociedade civil junto à criança, em nome de seu interesse, de seu bem e de sua felicidade.

A mudança ocorrida com a entrada da mulher no mundo profissional conferiu à mulher um maior poder sobre o seu destino. Essa posição alterou profundamente a questão estrutural familiar provocando uma crise na identidade masculina e o papel do homem na família.

A relevância teórica deste trabalho está na reflexão sobre qual é a função que o pai vem exercendo na família contemporânea. E contribuir para o enriquecimento dos estudos sobre o assunto abordado.

2 O PAI E A FAMÍLIA

Os estudos realizados durante os séculos XVI até o XVIII mostraram o novo lugar assumido pela família na vida da criança. A família transformou-se profundamente na medida em que modificou suas relações internas com a criança.

Lévi-Strauss (1956 apud ROUDINESCO, 2003) relata que a vida familiar apresenta-se em praticamente todas as sociedades humanas, mesmo naquelas cujos hábitos sexuais e educativos eram muito distantes dos atuais. Depois de terem afirmado, durante aproximadamente cinqüenta anos, que a família não podia ser senão um desenvolvimento recente, resultado de longa e lenta evolução, os antropólogos inclinam-se agora para a convicção oposta de que a família, ao repousar sobre a união mais ou menos duradoura e socialmente aprovada de um homem, de uma mulher e seus filhos, é um fenômeno universal, presente em todos os tipos de sociedade.

Assim, para Roudinesco (idem), o pai dos tempos arcaicos - heróico ou guerreiro, é a encarnação familiar de Deus, verdadeiro rei taumaturgo, senhor das famílias. Herdeiro do monoteísmo reina sobre o corpo das famílias e decide sobre os castigos infligidos aos filhos. Devido à preeminência desse modo de existência simbólica, o seu caráter é fundamentalmente operante e estruturante para cada um, isto é, qualquer que seja o sexo daquele que a ele se acha referido. Em outras palavras, é porque esse pai simbólico é universal – daí a essência de sua necessidade.

Ao ser falante, para o seu ordenamento psíquico, na qualidade de sujeito, não há outra saída, a não ser, curvar-se ao que lhe é imposto por esta função simbólica paterna, que o assujeita numa sexuação.

Para Dor (1993), não se pode desconhecer que o simbólico permanece, fundamentalmente, assujeitado à linguagem. E nessas condições, tal como um diplomata desempenha melhor a sua função quando fala a língua do país onde está exercendo a sua função, também o embaixador paterno tem um desempenho

melhor de sua delegação simbólica se praticar a língua do desejo dos protagonistas. É apenas sob este aspecto, que os pais da realidade se revelam melhores ou piores embaixadores.

2.1 O pai em Freud

Em seu livro *Análise de uma Fobia em um Menino de Cinco Anos*, também conhecido como *o Pequeno Hans* (1909), Freud relatou as dificuldades do homem moderno às voltas com o “papel de pai”.

Lacan (1995, p. 227) refere-se a essas dificuldades dando o seguinte exemplo: "O pequeno Hans, a partir dos quatro anos e meio, faz o que se chama uma fobia, isto é, uma neurose".

O pai de Hans é considerado por ele um homem muito bom, ou seja, o que pode haver de melhor como pai real, e o pequeno Hans tem por ele bons sentimentos e está longe de temer deste, um tratamento abusivo como a castração. É objeto de uma atenção que o pai, certamente, não esperou a aparição da fobia para lhe manifestar, e é também objeto dos cuidados mais ternos da mãe, inclusive tão ternos que tudo lhe é permitido. Um exemplo é a ação da mãe, que admite todas as manhãs o pequeno Hans como terceiro no leito conjugal, "contra as reservas expressas do pai e marido" (LACAN, idem, p. 227).

Não apenas este mostra (o pai), neste ponto, uma tolerância bem particular, mas pode-se julgar que ele esteja completamente sem controle da situação, pois, apesar de dizer o que ele gostaria que fosse feito, “as coisas continuam a ocorrer da maneira mais decidida, sem que a mãe em questão tenha por um só minuto a menor consideração pelas observações que lhe são respeitosamente sugeridas pelo personagem do pai" (idem).

Na clínica de Freud, essa situação era observada em vários discursos sobre a dificuldade de ser pai. Para grande parte desses homens, a paternidade aparecia como fatalidade, não como opção, surgindo assim uma incapacidade de assumir um lugar “desconhecido” ou gerador de angústia.

No transcorrer de sua obra, Freud elaborou três mitos relacionados à figura paterna: *Complexo de Édipo*, *Totem e tabu* e *Moisés*, demonstrando que os mitos têm uma função na psicanálise, ou seja, na impossibilidade de esclarecer objetivamente algumas questões, as histórias míticas executam a tarefa de elucidar, os pontos sombrios.

2.1.1 O pai no complexo de Édipo

A concepção paterna no Complexo de Édipo, em que este “retira e resgata” o sujeito do campo da mãe é a figura do pai interditor, aquele que opera o corte no vínculo incestuoso mãe e filho, porém, não é um pai qualquer. Não se trata exclusivamente do pai enquanto pessoa, do pai da realidade, daquele que está ou não presente no universo familiar. Trata-se de um pai que, mesmo ausente do universo familiar, deve estar presente no Complexo de Édipo. Antecipa-se no desejo da mãe, como aquele que, além de portar o objeto de seu gozo, é potente o suficiente para operar o corte e instituir a falta simbólica no filho. Este pai, o pai imaginário, cuja imagem é apresentada ao filho através do discurso materno, se materializa e se sustenta nos significantes maternos. Este pai possibilita ao filho lugar na ordem simbólica como sujeito desejante.

Em 1897, após estudos efetuados por meio de sua clínica e auto-análise, Freud apresenta a primeira conceituação do Édipo em uma carta endereçada a Fliess, no qual ele considera como evento universal do início da infância a paixão pela mãe e o ciúme do pai. Até então, não havia surgido ainda, o termo “complexo”, que só apareceu por volta de 1910, como a expressão “complexo de Édipo”, como uma espécie de orientador da sexualidade infantil (FREUD, 1924).

No texto *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, de 1905, Freud afirma que a primeira das teorias sexuais infantis, atribui a ambos os sexos uma genitália idêntica, sendo que a menina percebe a diferença, e, assim, é invadida pela inveja do pênis.

Em 1908, Freud publica o artigo *Sobre as teorias sexuais das crianças* e afirma que a primeira dessas teorias resulta do desconhecimento das diferenças entre os sexos e atribui a todos, inclusive às mulheres, a posse de um pênis.

Segundo Freud, isso se deve ao valor, que na infância, o menino atribui a essa parte do corpo.

Segundo Freud (1924, p. 219):

[...] as palavras de um menino pequeno quando vê os genitais de sua irmãzinha demonstram que o seu preconceito já é suficientemente forte para falsear sua percepção. Ele não se refere à ausência do pênis, mas comenta invariavelmente, com intenção consoladora: o dela ainda é pequeno, mas vai aumentar quando ela crescer.

Observa-se no comentário de Freud (*idem*) a relação de inveja que as meninas possuem do pênis.

Observa-se com facilidade que as meninas compartilham plenamente a opinião que seus irmãos têm do pênis. Elas desenvolvem um vivo interesse por essa parte do corpo masculino, interesse que é logo seguido pela inveja. As meninas julgam-se prejudicadas e tentam urinar na postura que é possível para os meninos porque possuem um pênis grande; e quando uma delas declara que “preferiria ser um menino”, já sabemos qual a deficiência que desejaria sanar (FREUD, 1924, p. 221).

Em *A organização genital infantil*, Freud (1923), declara que o inconsciente reconhece o falo como único órgão sexual para ambos os sexos. De acordo com o autor, a característica principal dessa organização genital infantil é sua diferença da organização final do adulto. Ela consiste no fato de, para ambos os sexos, entrar apenas em consideração o órgão genital masculino. O que está presente, portanto, não é uma primazia dos órgãos genitais, e sim uma primazia do falo.

No mesmo texto, o autor apresenta a tese de que as crianças recusam o fato da ausência do pênis, disfarçando a compreensão dessa idéia com a fala de que “ele vai crescer”, para posteriormente chegarem à conclusão de que o pênis esteve lá, mas fora retirado pela castração e que a castração aconteceu como forma de punição.

Ainda de acordo com Freud (1923), quando ele afirma que não existe feminilidade, não quer dizer que a vagina não exista, pois como órgão anatômico, ela está presente na configuração física da mulher, ou seja, apesar de sua presença no físico, ela não é reconhecida pelo inconsciente.

Inicia-se assim à discussão sobre a vivência edípica masculina e feminina e a castração se torna central no Édipo. No texto escrito em 1924, *A dissolução do complexo de Édipo*, Freud reafirma o conhecimento de apenas um órgão, o masculino. Para os meninos, a ameaça de castração contribui para a dissolução do complexo e essa ameaça, efetuada por um adulto, só faz sentido quando surge a visão da genitália feminina. Assim, as duas possibilidades de satisfação do complexo (colocar-se no lugar do pai e ter relações com a mãe, ou assumir o lugar da mãe e ser amado pelo pai) não podem ser alcançadas, pois ambas acarretariam a perda do pênis.

A observação que finalmente rompe sua descrença é a visão dos órgãos genitais femininos. Mais cedo ou mais tarde a criança, que tanto orgulho tem da posse de um pênis, tem uma visão da região genital de uma menina e não pode deixar de convencer-se da ausência de um pênis numa criatura assim semelhante a ela própria. Com isso, a perda de seu próprio pênis fica imaginável e a ameaça de castração ganha seu efeito adiado (FREUD, 1924, p.195).

A descoberta da possibilidade da castração, após ter percebido que a menina não possui pênis, leva o menino à saída do Édipo, com a criação do superego pela interdição do pai ao incesto, acarretando a mudança de direção quanto ao objeto amoroso, em prol da preservação do seu pênis.

Nesse mesmo texto, Freud ainda considera que o Édipo na menina é mais elaborado que no menino, pois a menina é tida como aquela que procura assumir o lugar da mãe e que adota atitudes femininas para o pai e, como tentativa de compensação pela falta do pênis, surge na menina o desejo de receber um bebê como presente do pai. A inveja do pênis seria então substituída pela equação simbólica pênis = filho = falo.

Para Dor (1989), Jones, um dos primeiros alunos de Freud conceituou o termo *afânise* clareando o mal-entendido criado sobre a questão do falo. Segundo Jones, a *afânise* exprimiria o desaparecimento do desejo sexual e essa abolição da sexualidade e a castração parecem confundir-se, porque o medo da castração não faz outra coisa, senão atualizar concretamente a *afânise*. De acordo com Jones, é em razão do medo de separação do objeto de amor que se poderia detectar, na mulher, o medo da afânise. Da mesma forma, o parâmetro comum à sexualidade da

menina e do menino deveria ser identificado anteriormente ao complexo de castração.

Em texto publicado por Freud em 1925, *Algumas conseqüências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos*, o período pré-edípico que envolve a ligação da menina com a mãe passa a ser discutido como um fato marcante, em termos de inconsciente. Freud reafirma as considerações do trabalho anterior onde relata que a menina se transforma numa “pequena mulher” ao abandonar o desejo de obter o pênis pelo desejo de ter um filho e reafirma também que nos meninos, o complexo de Édipo é destruído a partir da ameaça da castração.

Em seu artigo *O complexo de Édipo e suas vicissitudes*, Vasconcellos (2002) resume o papel do menino e da menina em Édipo da seguinte maneira: Ao entrar na etapa fálica, o menino quer tomar a mãe como amante; ele demonstra essa vontade ao mostrar seu órgão sexual para ela ou quer dormir com ela. Ele, inclusive, verbaliza a vontade de se casar com ela. Na verdade, ele quer substituir o pai em seu papel e este se torna um rival dele, pois quando o pai está presente, separa a mãe (objeto de amor) do menino se torna um estorvo para o filho ao mesmo tempo em que é invejado pelo mesmo.

Logo cedo, a mãe percebe a vontade do menino e começa a coibi-lo quando este mostra o seu falo, ameaçando-o delegar ao pai a intenção mentirosa de cortá-lo. Observador, ele começa a notar a diferença anatômica entre homens e mulheres e começa a temer que a castração de seu pênis possa ser verdade, caindo assim, no complexo de castração, onde sua masturbação e seu desejo pela mãe ficam reprimidos. O pai se torna o homem másculo da horda original, onde o pai despojava o filho dos genitais.

A fim de preservar seu pênis, ele renuncia à mãe e sua masculinidade toma um baque, tomando uma atitude passiva com o pai. Este vira objeto libidinal. Este direcionamento ao pai, possibilita a identificação com ele, com seus valores, mas de forma discriminatória. Por outro lado, tenta a conservação do objeto materno na tentativa de identificar-se com ela atuando em seu papel de desejar o pai, mas a Identidade com o pai prevalece (heterossexualidade) e o filho passa a desejar mulheres que se assemelhe com a mãe.

Assim, Vasconcellos (idem) endossa que um resíduo dessa fixação pela mãe pode servir como propulsão a uma atitude de servidão às mulheres na vida adulta, revivendo o Édipo e caindo na sedução feminina. Todo o processo é recheado com fortes ambivalências emotivas que acabam sendo recalçadas no inconsciente.

No caso das meninas, elas têm que abrir mão de seu objeto de amor do pré-édipico (mãe), para entrar no Édipo. O complexo de castração, resposta à diferença anatômica na menina é o ponto de entrada no Édipo, ao contrário dos meninos, que é a marca do declínio do Édipo. Elas reagem à incompatibilidade (sexo) com um sentimento de ódio e ressentimentos, além da inveja por não ter falo. Na fase fálica, ela tenta a masturbação e muitas vezes o fracasso é estendido a todo o seu eu.

Outro caminho é o abandono da mãe, o objeto de todo seu amor, mas que não lhe deu o pênis; assim, outra pessoa assume os investimentos libidinais em seu lugar, ou seja, o pai. Com ele, a menina possuirá o objeto amoroso que ansiava (o falo) e por isso ela tenta se identificar com a mãe para conseguir obter o lugar dela, ao mesmo tempo a odeia (a ambivalência). O duplo movimento de ciúmes do papel que a mãe ocupava, ao lado da culpa que a filha deposita na mãe pela falta do pênis, leva a esse quadro. O desejo com relação ao pai é ter seu pênis à sua disposição sempre, mas este culmina em outro, o de ter um filho dele como presente. Filho como falo. O autor endossa também que a mulher terá pouco prejuízo se permanecer nesta condição, porém, a gravidez na adolescência pode ser sinal da identificação com a mãe.

2.1.2 O pai em Totem e tabu

Em 1912 e 1913, Freud escreve *Totem e tabu* dividido em quatro ensaios. O primeiro, *O Horror ao incesto*, aborda o tema do totem, onde o autor considera instigante o fato de que tribos afastadas e selvagens, como os aborígenes da Austrália, pudessem ter leis que proibissem relações incestuosas. Essas leis se sustentavam por meio do totemismo, ou seja, as tribos se dividiam em clãs que, por sua vez, dividiam-se em grupos menores e cada qual com o seu totem (os totens eram a exibição máxima de poder dentro dos clãs e, eram geralmente representados por animais, perigosos e temidos ou comíveis e inofensivos, ou mais raramente um

vegetal ou fenômeno natural). Assim, estabeleciam-se as regras contra relações sexuais e conseqüentemente, contra o casamento (exogamia), entre pessoas que pertenciam ao mesmo totem.

No segundo ensaio, *Tabu e ambivalência* emocional, Freud tenta retomar o sentido da palavra tabu e sua relação com as proibições impostas nas mais variadas ocasiões. O autor conceitua tabu como sagrado, consagrado, misterioso, perigoso e proibido, entre outros. Segundo Freud, o que importa é o certo número de proibições às quais estes povos primitivos estão sujeitos e não interessava o porquê, ou seja, os povos não tinham idéia do motivo das proibições; simplesmente se submetiam a elas como se fosse natural, assim como a mais severa punição, caso ocorresse.

Segundo Freud (1913), o núcleo do totemismo seria constituído pela proibição de matar e comer o animal totêmico e ele relaciona essas proibições selvagens aos comportamentos neuróticos e/ou obsessivos, assim como a certa ambivalência emocional, presente nos neuróticos.

Em *Animismo, magia e a onipotência de pensamentos* – terceiro ensaio, Freud (1913), fala sobre a questão do pensamento mágico do homem primitivo. No quarto ensaio, *O retorno do totemismo na infância*, traz a tese do assassinato do pai primevo.

Para Freud:

A psicanálise revelou que o animal totêmico é, na realidade, um substituto do pai e isto entra em acordo com o fato contraditório de que, embora a morte do animal seja em regra proibida, sua matança, no entanto, é uma ocasião festiva – com o fato de que ele é morto e, entretanto, pranteado. A atitude emocional ambivalente, que até hoje caracteriza o complexo-pai em nossos filhos e com tanta freqüência, persiste na vida adulta, parece estender-se ao animal totêmico em sua capacidade de substituto do pai (1913, p.144).

Ao falar da relação da criança com o animal, Freud relata que a primeira desloca o medo dos genitores (pai) para o animal. Para Freud, a relação criança versus pai gera um conflito que é diferenciado por uma atitude emocional de duplo aspecto: uma ambivalência formada por sentimentos de ódio e afeição que será deslocada para outro objeto, porém, esse deslocamento não extingue a ambigüidade, apenas a transfere.

Para ele, a partir da culpa filial, os dois tabus fundamentais do totemismo – não matar o totem (o pai) e não possuir as mulheres do totem (incesto) - estavam estabelecidos, sendo que estes tabus são relacionados aos desejos reprimidos do complexo de Édipo.

Os dois tabus do totemismo com que a moralidade humana teve o seu começo não estão psicologicamente no mesmo nível. O primeiro deles, a lei que protege o animal totêmico, fundamenta-se inteiramente em motivos emocionais: o pai fora realmente eliminado e, em nenhum sentido real, o ato podia ser desfeito. Mas a segunda norma, a proibição do incesto, tem também uma poderosa base prática (FREUD, 1913, p.147).

Se o animal totêmico identifica-se com o pai e as proibições resultantes é não matar o pai e não manter relações com membros do mesmo clã, a relação com o Complexo de Édipo torna-se manifesto, já que este não só cometeu parricídio como também cometeu incesto com a mãe.

Para Maranhão (2005), em *Totem e Tabu*, Freud recorre ao que ele mesmo chamou de “ficção antropológica” narrando que, nos primórdios, os homens reunidos em bandos obedeciam à força um pai violento, ciumento e que guardava para si todas as fêmeas, além de expulsar seus filhos à medida que estes cresciam. Mais tarde, esses irmãos que haviam sido expulsos, retornavam todos juntos, matavam e devoravam o pai, colocando um fim à horda patriarcal. O que aconteceu era o estado da natureza, na qual imperava a lei do mais forte, não havendo qualquer laço social, norma ou vínculo afetivo.

O autor relata que se pode reconhecer na narrativa acima, três tempos distintos: inicialmente, unidos afetivamente pelo ódio contra o dominador (o pai). Os irmãos têm como objetivo a libertação frente ao jugo da tirania do chefe onipotente, que exerce sobre seus dominados um misto de terror e fascínio, medo e admiração. Até então, não havia ainda laço social e o pacto formado deixa cada um só diante do crime, prevalecendo, portanto, a horda.

No segundo tempo, ocorre a perplexidade dos conjurados e como consequência do ato parricida, surge o estranhamento diante do vazio deixado pela ordem deposta, na ausência de uma nova. Agora que o chefe está morto, para evitar a guerra entre os irmãos na decisão de quem vai ocupar o posto deixado pelo pai,

os filhos decidem renunciar ao poder ilimitado deste. Assim, eles realizam um banquete ritual antropofágico, onde inferem a carne e o sangue do pai, incorporam suas virtudes e se reconhecem uns aos outros em pé de igualdade, cúmplices e filhos de uma mesma origem ideal, detentores de uma fração do poder que o pai possuía.

Logo após, ocorre o terceiro tempo do mito freudiano, aquele no qual se efetiva o vínculo social. Nesse tempo, o pai morto é, então, revestido de um caráter sagrado, passando a ser divinizado e venerado como o Deus-Pai, fundador da coletividade, como instância suprema da qual emana a legitimidade das normas de convívio formuladas pelo grupo. Os irmãos, movidos pela culpa ante a morte do pai, instituem sob a forma de tabu, duas normas que passam a reger a sociedade primitiva: a proibição do homicídio e a interdição do incesto. Nas palavras de Freud:

[...] eles anularam o próprio ato, proibindo a morte do totem, o substituto do pai; e renunciaram aos seus frutos abrindo mão da reivindicação às mulheres que agora tinham sido libertadas. Criaram assim, do sentimento de culpa filial, os dois tabus fundamentais do totemismo, que, por essa própria razão, corresponderam inevitavelmente aos dois desejos reprimidos do complexo de Édipo. Quem quer que infringisse esses tabus, tornava-se culpado dos únicos dois crimes pelos quais a sociedade primitiva se interessava (FREUD, 1913, p.147).

Em outras palavras, para Freud, a lei deve se fazer presente, para que se possa passar da indiferença e da permissividade total à ordem - ainda que frágil e instável; para que se passe do gozo desmedido à atividade desejante.

2.1.3 O pai em Moisés

Para Freud, Moisés foi um poderoso modelo de um pai que se curvou até os pobres escravos judeus para lhes assegurar que eram seus filhos queridos, impondo-lhes a idéia de um Deus único, soberano, eterno e que tornou santo seu povo pela introdução do costume da circuncisão, substituto simbólico da castração, que o pai primevo infligira aos filhos em função de seu poder absoluto. Portanto, todo aquele que aceitava esse símbolo, demonstrava que estava preparado para submeter-se à vontade do pai, mesmo que este lhe impusesse o mais penoso sacrifício.

Em *Moisés e o Monoteísmo*, Freud (1939) defende que Moisés não era hebreu, mas um egípcio e parte da origem do nome “Moisés”, que se deriva do vocabulário egípcio e se lê “*Mose*”, que significa “criança” e que, de acordo com o segundo capítulo do Êxodo, foi abandonado nas águas do Nilo e salvo por uma princesa egípcia.

Com a publicação de *O mito do nascimento do herói* de Otto Rank em 1909, constata-se que em diferentes momentos da história e diferentes civilizações, algo se repete em relação ao mito, ou seja, algumas características independem do lugar ou do tempo. Assim, para Freud (1939, p. 22), “o herói é filho de pais muito aristocráticos; geralmente filho de um rei” e sua concepção é precedida de dificuldades tal como a abstinência ou a esterilidade prolongada, ou seus pais têm de ter relações em segredo, por causa de proibições ou obstáculos internos. Durante a gravidez ou mesmo antes, há uma profecia sob a forma de sonho ou oráculo que apontaria uma ameaça do filho ao pai e a criança seria então abandonada ou condenada à morte pelo pai ou de alguém que o representa, geralmente é abandonada às águas, num cesto. Posteriormente é salvo por animais ou uma gente humilde como pastores e amamentado por uma fêmea de um animal ou por mulher humilde. Após ter crescido, redescobre seus pais aristocráticos, vingando-se do pai e, ao final, sobrepujou-o vitoriosamente.

Observam-se algumas semelhanças com a pré-história do indivíduo e Freud considera que nesses mitos, o herói é quem teve coragem de rebelar-se contra o pai, nasceu contra a vontade do pai e foi salvo, apesar das “más” intenções paternas.

Nos primeiros anos de uma criança, há uma supervalorização do pai, onde Freud compara as figuras do rei e da rainha dos contos de fadas com os genitores. Mais tarde, sob influência da rivalidade e do desapontamento na vida real, a criança começa a desligar-se deles e adotar uma atitude crítica. Assim, ambas as famílias do mito (aristocrática e humilde), são reflexos da própria família da criança, tal como lhe apareceram em períodos sucessivos de sua vida.

Ou seja, um dos pontos centrais de sua teoria é o processo pelo qual a criança abandona sua mãe e volta-se para o pai - o que para ele representa uma

vitória do espírito sobre o corpo, o primeiro passo de superação da simples percepção pelos sentidos em direção a processos mentais mais elaborados, ao desenvolvimento do intelecto e à cultura.

Neste ensaio, a religião também é discutida, representando o homem submetido a uma autoridade (daí a figura do Deus-Pai) e obrigado a seguir a um só Deus (monoteísmo), caso contrário, seria punido.

Moisés foi nobre egípcio que introduziu os judeus, então na servidão, ao culto monoteísta e intolerante de Aton, nome que apresenta semelhança ao de Adonai (uma das formas de tratamento para Deus, em hebraico). Moisés conduz o povo para fora do Egito, mas é assassinado. O povo judeu passa então a adorar Jeová, uma cruel e vingativa divindade do deserto, até que um novo profeta, assumindo o nome de Moisés, os introduz a uma religião, também monoteísta, mas baseada em princípios morais.

O desvio da lenda de Moisés em relação a todas as outras de sua espécie pode ser remontado a uma característica especial de sua história. Ao passo que, normalmente um herói, no decorrer da vida, se eleva acima de seu começo humilde, a vida heróica do homem Moisés começou com ele descendo de sua posição elevada e baixando ao nível dos Filhos de Israel, sendo considerado não apenas o líder político dos judeus estabelecidos no Egito, mas também seu legislador e educador, forçando-os a se porem a serviço de uma nova religião, que ficou conhecida como a religião mosaica.

Freud (1939) reata que a única analogia entre os acontecimentos na história da religião reside num campo aparentemente remoto, mas completo – e aproxima-se da identidade. Depara-se com o fenômeno da latência, o surgimento de manifestações ininteligíveis, a exigir uma explicação, e um acontecimento precoce, e depois esquecido, como determinante necessário. Encontrou também características de compulsão, que se impõe à mente juntamente com uma subjugação do pensamento lógico.

Freud (idem) estabelece uma fórmula para o desenvolvimento de uma neurose: “trauma primitivo – defesa – latência – desencadeamento da doença

neurótica – retorno parcial reprimido”. Aqui, o autor retoma o tema de *Totem e Tabu* e afirma que o totemismo já trazia uma série de ordens e proibições que se constituíam como renúncias relacionadas à figura do pai. Essa relação com a religião nota-se na adoração de um substituto paterno, com sua instituição de festivais comemorativos e de proibições cuja infração era punida com a morte.

Novamente, Freud (idem) relaciona a figura do pai com a do “grande homem”. Para ele, é certo que um grande homem influencia seus semelhantes de duas maneiras: por sua personalidade e pela idéia que ele apresenta. A decisão de pensamentos, a força de vontade, a energia da ação fazem parte do retrato de um pai, mas, acima de tudo, a autonomia e a independência do grande homem, sua indiferença divina que pode transformar-se em crueldade. Tem que admirá-lo, confiar nele, porém, não se pode deixar de temê-lo.

Parte dos preceitos da ética se justifica racionalmente pela necessidade de delimitar os direitos da sociedade contra o indivíduo, os direitos do indivíduo contra a sociedade, e os dos indivíduos uns contra os outros, mas o que parece grandioso a respeito da ética se deve à sua vinculação com a religião, à sua origem na vontade do pai.

Para Freud (1939), entre o animal totêmico e o deus, surgiu o herói. À medida que tribos e povos se reuniam em unidades maiores, os deuses também se organizavam em famílias e hierarquias. Um deles era com freqüência, elevado a senhor supremo sobre deuses e homens. Logo após, houve o passo seguinte de prestar respeito a apenas um só deus, e, finalmente, tomou-se a decisão de conceder todo poder a um deus único e de não tolerar outros deuses além dele.

Admiração, temor respeitoso e agradecimento por ter encontrado graça a seus olhos – a religião de Moisés não conhecia outros que não fossem esses sentimentos positivos para com o deus pai. A convicção de sua irresistibilidade, a submissão à sua vontade não poderiam ter sido mais indiscutidas no desamparado e intimidado filho do pai da horda – na verdade, esses sentimentos só se tornaram plenamente inteligíveis quando transpostos para o ambiente primitivo e infantil. Os impulsos emocionais de uma criança são intensa e enxaurivelmente profundos, num grau inteiramente diferente dos de um adulto; só o êxtase religioso pode trazê-los de volta. O enlevo da devoção à Deus foi assim a primeira reação ao retorno do grande pai (FREUD, 1939, p. 147).

A direção a ser tomada por essa religião paterna foi estabelecida por todo o tempo, contudo, isso não levou seu desenvolvimento a um final.

Freud (1939) explica que vale a pena notar como a nova religião lidou com a antiga ambivalência na relação com o pai. Seu conteúdo principal foi a reconciliação com o Deus pai, a expiação pelo crime cometido contra ele, mas o outro lado da relação emocional mostrava-se no fato de o filho, que tomara a expiação sobre si, tornar-se um deus, ele próprio, ao lado do pai, e, na realidade, em lugar deste. Ainda segundo Freud (idem) o cristianismo, tendo surgido de uma religião paterna, tornou-se uma religião filial. Entretanto, não escapou ao destino de ter de livrar-se do pai.

3 O PAI EM LACAN

A pergunta *o que é um pai?* constou das preocupações de Freud e Lacan, e, embora eles nunca tenham formalmente formulado uma resposta – por simplesmente não haver uma resposta, eles tentaram articular esta questão com suas formulações teórico-clínicas, como se percebe em todas as suas obras.

Segundo Julien (1997), Lacan observa nos conflitos psíquicos a incidência paterna sob três aspectos: o pai simbólico, o pai imaginário e o pai real fixando a ascendência da problemática paterna no complexo de Édipo.

Para Lacan (1995), o pai simbólico é o depositário legal que escreve, impõe e promulga a lei que lhe vem de outro lugar e nenhum pai real pode se vangloriar de ser seu detentor ou fundador. Ele é um pai morto, que funda a proibição na culpa dos filhos. Após a morte da horda primitiva, no inconsciente de cada um, a lei passa a ser referida a uma instância idealizada, ou seja, a um puro significante.

Para que haja alguma coisa que faz com que a lei seja fundada no pai, é preciso haver o assassinato do pai. As duas coisas estão estritamente ligadas. O pai como aquele que promulga a lei é o pai morto, isto é, o símbolo do pai. O pai morto é o Nome-do-pai que se constrói aí sobre o conteúdo (LACAN, 1995, p. 204).

A prescrição simbólica, a indicação desta lei supõe uma negociação imaginária prévia que se desenrola entre pai-mãe-filho, uma triangulação edipiana para se referir a um 4º elemento: o falo. Só este 4º elemento constitui o parâmetro fundador suscetível de inferir a investidura do pai simbólico a partir do pai real, pela via do pai imaginário.

O falo é a unidade significativa do real da diferença dos sexos. Constitui o centro de gravidade da função paterna, que vai permitir a um pai real assumir a sua representação simbólica. O falo é o único agente regulador da economia do desejo e de sua circulação com referência à mãe e ao filho. É um objeto enigmático o qual se pode ao mesmo tempo possuir e do qual se é igualmente desprovido. É ele que gera os conflitos e disputas acirradas entre pais e filhos, homem e mulher, esposa e

esposo. São lutas imaginárias onde todos querem mostrar que possuem este objeto que momentaneamente preenche a falta e sacia o desejo. Porém, só o homem é o detentor do falo, esse objeto imaginário que orienta a diferença sexual no que se refere ao masculino e ao feminino.

Segundo Dor (1989), para Lacan, o papel central e preponderante do objeto fálico teria sido frequentemente objeto de confusões importantes na teoria analítica e entre os estudiosos de Freud.

Para Di Giorgi (2004), Lacan introduz o conceito de falo como sendo um significante da falta, algo que remete a um objeto perdido. O falo dá significância ao que está ausente, ao que falta. Este complexo é descrito como sendo um processo que se dá em três tempos:

No primeiro tempo do Édipo, de narcisismo absoluto, a criança está alienada no desejo da mãe e acredita ser o falo da mãe. A criança pensa ser tudo para sua mãe. O problema que se coloca é o de “ser ou não ser o falo da mãe”.

No segundo tempo do Édipo, surge o pai para se interpor, apresentando uma dupla interdição: “não deitarás com tua mãe” e “não reintegrarás teu produto”. O pai é o “pai interditor”: priva a mãe do falo que supostamente tem no filho e frustra a criança por não dispor incondicionalmente da mãe. Neste momento, o pai é o falo, é a Lei. O pai aqui é o pai castrador, onipotente.

No terceiro tempo, a criança percebe que o pai também não é o falo, mas pode tê-lo. O falo se encontra na Cultura. O pai aparece como aquele que tem atributos fálicos e que pode doá-lo. Ele passa a ser o representante da Lei. Aqui o pai passa a ser o pai simbólico, permissivo, doador.

Segundo Dor (1993), Lacan faz uma colocação referente à distinção entre Pai simbólico e o pai real, nos seguintes termos:

Será que um Édipo pode se constituir de maneira normal quando não há pai: [...] Percebemos que não é assim tão simples, que um Édipo poderia muito bem se constituir mesmo que o pai não estivesse lá [...]. os complexos de Édipo inteiramente normais, normais nos dois sentidos, tanto normativizantes, por um lado, quanto normais enquanto normativizam, quero dizer, por exemplo, quanto a seus efeitos neurotizantes, seriam

estabelecidos de uma maneira exatamente homogênea aos demais casos, mesmo que o pai não estivesse ali (DOR, 1993, p. 44).

Para Dor, Lacan se esforça para especificar a influência induzida pelas eventualidades de sua presença (a carência paterna) e não mais os infortúnios inerentes à sua ausência.

“No que concerne à carência, desejaria simplesmente fazê-los observar que quando o pai é carente e na medida em que se fala em carência, jamais se sabe do que [...] Entreviu-se problema de sua carência, não de uma forma direta [...] mas como ficou evidente a partir da primeira abordagem. É enquanto membro do trio fundamental, ternário da família, isto é, enquanto mantendo seu lugar na família, que se poderia começar a dizer coisas um pouco eficazes a respeito da carência [...] Falar de sua carência na família não é o mesmo que falar de sua carência no complexo. Porque, para falar de sua carência no complexo, é preciso introduzir outra dimensão que não a realista “(DOR, 1993, p. 45).

O pai real, conforme Lacan (1995), depende de que as instituições lhe confirmem seu nome de pai. Assim, para Lacan, o importante não é as pessoas saberem que só se engravida ao praticar o coito, mas que a mulher possa sancionar em um significante que aquele com quem ela praticou o coito é o pai. A ordem simbólica necessita que na cadeia significante, algo funcione como Nome-do-pai ou Metáfora paterna remetendo o pai ao estatuto de um significante que substitui o desejo da mãe. Através da sua presença e ausência, a mãe introduz o filho a uma primeira formulação do simbólico.

Segundo Ribeiro (2006), a mãe é inicialmente simbólica por causa desta presença-ausência, que se articula no registro do apelo, significando que o objeto materno é chamado quando ausente e rejeitado quando presente.

O pai imaginário é aquele com quem se lida o tempo todo. É a ele que está referida a agressividade, identificação e idealização, necessária para o sujeito ter acesso à identificação ao pai. Nas experiências neuróticas assustadoras é o pai imaginário, aquele que assusta e dá medo, pois a ele que se refere o gozo, enquanto ao pai real concerne a interdição do gozo.

O pai, ainda segundo Lacan (1999) interdita a mãe e este é o princípio do complexo de Édipo e o que liga o pai à lei primordial da proibição do incesto. É por seus efeitos no inconsciente que ele realiza esta interdição. É na medida em que o pai se torna preferível à mãe que se estabelece a identificação final, portanto, é neste momento que se faz a diferença entre a vivência masculina e feminina do Édipo.

O pai real causa apreensão devido à interposição das fantasias da criança junto à necessidade da relação simbólica e o personagem do meio ambiente da criança e a ele é dada a função de destaque no complexo de castração. Há um elo entre pai real e castração. Para isso, ele precisa assumir a função sexual viril para se tornar o pai castrador.

O acesso à posição paterna é difícil, pois, para ser pai (segundo ele mesmo), deve ser investido a se fazer reconhecer como pai simbólico. É necessário que a ele seja suposto ter este atributo imaginário fálico, fonte de ódio e de inveja, que o institui como o único a ter direito; daí porque o homem, enquanto Pai - tem de dar provas, num dado momento de que realmente possui aquilo de que todo homem é desprovido. Ele é que tem o trunfo maior, por isso se introduz na ordem simbólica como um elemento real, ao contrario da mãe que é simbolizada no real por sua ausência e sua presença.

4 A FAMÍLIA E A FUNÇÃO PATERNA NA CONTEMPORANEIDADE

Antes das grandes revoluções que marcaram o advento da modernidade, a sociedade tradicional não separava os domínios econômico, social e político do religioso.

Segundo Santos (2000), a sociedade tradicional caracterizava-se justamente pela estreita continuidade entre estes domínios. O advento do Estado moderno, entretanto, reduz o universo social dominado pela crença do poder de Deus, do Rei, do Papa e do pai à esfera da família.

Porém, uma questão tem estado bastante em pauta entre os psicanalistas atualmente: no que consiste a função paterna na cultura pós-moderna?

De acordo com Ruffino (1997), Lacan caracterizou a contemporaneidade como sendo o tempo do declínio social da função paterna. Para ele, a modernidade que, não é um tempo da história, é esse modo de disposição do social que impôs à contemporaneidade. Esta sim é um tempo da história, ou seja, o seu tempo atual, o específico de sua socialidade. O oposto da modernidade seria a tradicionalidade. Na socialidade tradicional, a função paterna reinava com segurança.

Para o autor, a modernidade impôs-se como forma de socialidade distinta da tradicionalidade sobre o tempo da contemporaneidade de uma maneira tão expandida que, hoje, pretende-se tornar a modalidade universal do laço social. Se na contemporaneidade a modernidade tende a se expandir universalmente por sobre as diferentes sociedades, por outro lado, não é apenas na contemporaneidade que ela se realizou.

Ao contrário de Lacan (1995), onde a contemporaneidade está marcada pelo declínio social da função paterna, para Durkheim (1984), ela se caracteriza pela função sobre a forma. A sociedade tradicional, ao contrário, privilegia a formalidade sobre a funcionalidade. O que se observa em ambos os autores é que a queda da supremacia da forma é o declínio social da função paterna.

Santos (2000) esclarece que o que se observa é a terceirização da função paterna que diz respeito primeiramente a um fenômeno clínico contemporâneo que se caracteriza essencialmente pela delegação das funções familiares mais elementares a terceiros como escolas, pedagogos, psicólogos, serviços públicos de assistência social, etc. Para a autora, essa expressão traduz a idéia de que a família contemporânea, ao não assumir a socialização primária de seus filhos, não se responsabiliza pela castração destes, gerados em seu próprio interior, promovendo a emergência de sujeitos que sequer reconhecem no Outro a causa de seu mal-estar

Santos e Azeredo (2005) relatam que a função paterna apoia-se no recalque das pulsões. Para os autores, a função psíquica da representação de um pai que proíbe é a condição para delimitar a zona de silêncio, que dá origem ao desejo permitido. Ou seja, o que o pai não proíbe, então é permitido.

Ainda segundo Santos e Azeredo (2005, p. 78), o declínio da função paterna foi conceituado originalmente por Lacan, que descreve o crescimento na cultura de uma “neurose caracterial ligada a um modo de subjetivação do gozo. O privilégio paterno de fazer lei, delimitando o que é proibido, vem sendo substituído por uma forma de contestação, ou seja, é: proibido proibir”.

O declínio da autoridade paterna é um conceito que se apóia simultaneamente na experiência da clínica psicanalítica que ressalta o surgimento de novas patologias e nas análises sociológicas de uma ampla diversidade de autores sobre os efeitos do repúdio ao modo de organização social que privilegiava as diferenças sexuais e geracionais, na dispersão dos laços sociais (SANTOS, 2001a).

Azeredo (2003) relata que a sociedade atual não se organiza mais segundo o domínio do modelo hierárquico como à época em que o pai era o repressor da sexualidade e objeto privilegiado da identificação do sujeito. No contexto da hegemonia da organização oposta fálico/castrado, as mulheres eram definidas pela inveja do pênis e os homens, pela ameaça de castração. Segundo o autor, o modelo que domina a atual organização social é igualitário e não hierárquico.

Esses indivíduos não têm necessidade de renunciar a uma satisfação mais imediata em nome de uma dívida para com o pai, o ideal do eu, ou com os laços fundados na diferença sexual e geracional.

A renúncia ao direito a uma satisfação pulsional absoluta, ao direito de ser tratado como um eu ideal, e a identificação ao ideal do eu não é o modo de organização dominante da constituição subjetiva dos sujeitos contemporâneos (SANTOS e AZEREDO, 2005, p. 81).

Para Lacan (1955 apud SANTOS e AZEREDO, 2005), o Nome do Pai, conceito que descreve a função do pai como metáfora da impossibilidade de uma satisfação pulsional absoluta, não domina o modo de subjetivação contemporâneo.

Santos e Azeredo (2005) descrevem contemporaneamente os efeitos da oposição ao pai como lugar de exceção. Para os autores, o direito à exceção, no tempo de Freud era prerrogativa de Deus, do pai morto, e a função do pai no complexo de *Édipo* era transmitir a lei simbólica, a lei da castração.

A presença do pai na família organizava a transmissão da impossibilidade de uma satisfação pulsional absoluta, fazendo valer a diferença geracional e sexual. Quanto mais o sujeito se afastava dessas referências, mais ele era tomado como degenerado, imoral ou infantil. Contemporaneamente, o sujeito reivindica “ser si mesmo”, afirmando seu direito de ser uma exceção à regra:

[...] a reivindicação de um direito absoluto à própria individualidade. O discurso que advoga a absolutização dos direitos do indivíduo inclui uma vontade cujos efeitos retornam como uma grande vulnerabilidade à depressão. Essa configuração de valores tomará corpo no crescimento de uma retórica psicologizante, cuja lógica profundamente individualista mal esconde uma vocação insistente para reivindicar que seja tratado como exceção diante de toda e qualquer manifestação da lei. Toda lei é suspeita de mascarar, em princípio, interesses autoritários ou simplesmente alteritários, interesses de um outro que não sou eu (SANTOS, 2001b, p. 100).

Para Santos e Azeredo (2005), ao se comparar a posição subjetiva dominante na cultura contemporânea com a do tipo freudiano das exceções, o indivíduo precisa o que Lacan, em *Os complexos familiares* chamou de “a grande neurose caracterial contemporânea”. Os autores questionam sobre a generalização da espécie de direito generalizado à compensação. Para eles, o direito à compensação caracteriza-se como um dever a menos e significa acusar a sociedade e os poderes

públicos como devedores e insuficientes. Essa atitude de reivindicação é um prolongamento da atitude que surgiu com as lutas pela emancipação feminina e pela liberdade sexual. Aparentemente o indivíduo não deixa de se declarar credor em um Outro (o Estado, o pai de família, a sociedade) autoritário e usurpador.

Segundo Bobbio (1990, p. 3), com o advento da modernidade e a declaração universal dos direitos do homem, há uma conversão dos até então súditos do poder soberano do Rei, na monarquia absoluta, à posição de cidadãos, no Estado de direito:

A inversão, característica do Estado moderno, ocorrida na relação entre Estado e cidadãos passou-se da prioridade dos deveres dos súditos à prioridade dos direitos do cidadão, emergindo um modo diferente de encarar a relação política, não mais predominantemente do ângulo do soberano, e sim daquele sujeito do cidadão, em correspondência com a afirmação da teoria individualista da sociedade em contraposição à concepção organicista tradicional.

Santos e Azeredo (2005) distinguem a redução da soberania monárquica ao poder de Estado, que é a característica da modernidade, do crescimento da economia globalizada de mercado, que vem enfraquecendo a soberania dos Estados e nações na contemporaneidade. Segundo os autores, o individualismo e o capitalismo moderno substituem o poder repressivo do Rei por um tipo de exercício da autoridade que promove o recalque, isto é, a interiorização da lei.

Para Foucault, em sua obra sobre genealogia do poder, a crítica antiautoritária que se expandiu após os movimentos de 1968, visa muito mais aos efeitos do superego da autoridade paterna do que derrubar um poder de coação eterna, como ocorreu na Revolução Francesa. Contemporaneamente, o indivíduo assiste ao declínio do poder do Estado, do pai de família e dos agentes educativos e normativos de edificar o superego, baseado na interdição e no ideal do eu. Trata-se de uma nova liberdade, diferente daquela conquistada na modernidade (SANTOS E AZEREDO, 2005).

O momento atual é de crise em que esta está tendo lugar com respeito ao lugar do pai na sociedade. Morin (1994) revela a crise atual é uma crise da paternidade e, também, uma crise de parentalidade, pois as transformações na

família, no posicionamento da mulher frente ao homem, a seus filhos e à sociedade, modificaram a subjetividade masculina e, portanto, a relação pai/filho.

Silva (2007) relata que, frente a esta situação, se questiona a posição do pai onde se chega a falar de “desfalecimento”, “declínio” e “luto” pelo pai. A emancipação da mulher tornando estas menos dependentes economicamente, facilita as separações e outras recomposições familiares, criando assim, novas formas de paternidade como as encontradas na pós- modernidade.

No ensaio sobre a paternidade, Julien (1991) em *O Manto de Noé*, aborda a questão do declínio da paternidade em termos de **direito sobre a criança, direito da criança e direito à criança**. No *direito sobre a criança*, a definição do pai no Ocidente era associada ao ser soberano, isto é, a paternidade é política e religiosa. Neste contexto, pai, Deus e o Rei são figuras soberanas. Entende-se assim que o pai é o chefe da casa, o dono da casa, da mulher e da criança (grifo nosso).

Badinter (1993 apud SILVA, 2007, p. 126) afirma que, ligando estreitamente Deus, rei e pai, o destino de um comandava o dos outros dois e assim, matando o rei, os revolucionários franceses deram um golpe decisivo no poder de Deus e do pai: “a condenação à morte do rei é um simulacro do assassinato de Deus, ele próprio simulacro da morte do pai”. Realizado o ato, a queda dos valores torna-se efetiva.

Silva (2007) afirma que, como consequência, pode-se verificar uma restrição à função paterna. O pai soberano, no contexto amplo de pai político, religioso e familiar, centra-se assim sobre a família, ou seja, seu poder se restringe a uma mulher e é aplicado às crianças. O ser pai é designado pelo casamento, pelo jurídico. Pai é aquele que o casamento designa, assim, a criança tem por pai, o marido da mãe e a mudança na autoridade é significativa no interior da família.

O autor relata ainda que o Estado e a Igreja são os grandes responsáveis pelo declínio da paternidade. O poder que o pai tinha com relação ao filho, passou a ser estendido à Igreja como, por exemplo, o batismo e o casamento; e ao Estado, quando este vai substituindo a Igreja na função de garantir as liberdades. Neste

contexto, tanto a Igreja como o Estado se preocupam, não apenas com o direito paterno sobre os filhos, mas com o direito da criança.

Com relação ao *direito da criança*, Silva (2007) relata que a partir do século XIX, nasce um segundo conceito de ser pai. Toda criança tem direitos em função de seu bem, interesse e bem-estar e para que possa se desenvolver, toda criança tem direito a uma filiação paterna. A partir daí, a criança tem direito a um pai que educa, cuida e o prepara para o futuro. Segundo o autor, esta é a imagem do pai do início do século XIX até o presente momento.

Segundo Julien (1991):

Desenvolve-se no século XX, com aquilo que se denomina o “novo pai”: aquele que conduz a criança, que troca as fraldas, que brinca, que fala bebezinho com o recém nascido. Não é mais aquele cuja mãe fala, mas aquele a quem a criança fala e que chama de pai (JULIEN, 1997, p. 43).

Para Silva (2007), nesta concepção do pai que possui direitos e deveres, ele é visto como um pai frágil, aquele que pega a criança, alimenta e cuida. A fragilidade deste pai consiste exatamente em ser alguém que desempenha funções e como essas funções podem ser desenvolvidas por outras pessoas, é vista como um declínio paterno.

Por outro lado, de acordo com Julien (1991), a figura da mãe entra em cena no século XX. Se ao pai se aplicam algumas funções, à mãe não se pode dizer o mesmo. Se o pai é uma função adotiva, declaração pública, a mãe é única e imutável e, além disso, a mãe não precisa declarar, ela é.

No *direito à criança*, Julien (1991, p. 45) declara que ser pai é ser o genitor da criança, o pai biológico. Segundo o autor, este conceito põe em declínio o conceito concebido anteriormente por paternidade e filiação onde a figura paterna era aquele que o casamento determinava.

No entanto, segundo Badinter (1993 apud JULIEN, 1991), com a inseminação artificial, a figura paterna biológica tornou-se insignificante e ficou mais ainda fragilizada. Silva (2007) salienta então que a responsabilidade do pai se restringe à doação de esperma, já que, sem este, a ciência não consegue “criar” um filho.

Para Romanelli (2005), a figura do pai era vista com autoridade, fundamentando-se na religião e no jurídico, permanecendo como força imbatível ao longo dos séculos, por conseguir comandar seus filhos. No entanto, na contemporaneidade, verifica-se a redução da legitimidade da figura paterna como chefe da família. Seu poder, além de questionado, torna-se mais igualitário.

Segundo o autor:

[...] ocorre um declínio da autoridade do chefe de família e mesmo da capacidade dele de exercer seu poder sobre a esposa e os filhos, enquanto amplia-se o controle das mães sobre a prole, deslocando o centro da família da autoridade patriarcal para a afeição maternal (GIDDENS, 1993 apud ROMANELLI, 2005, p. 87).

Araújo (2006) esclarece que a paternidade é um grande ancoradouro de valores éticos e morais para as crianças e jovens. Sendo assim, prossegue a autora, a palavra “pai”, no contexto da contemporaneidade, precisa deixar de representar uma atitude distante para ser substituída pela participação.

Quando a Função Paterna é abordada na atualidade, as crianças e adolescentes estão mais exigentes e cobram maior empenho e participação desse novo perfil de pai e, principalmente, necessitam mais do que nunca desses valores e limites paternos.

5 CONCLUSÃO

Para entender a função paterna na modernidade e na contemporaneidade escolheu-se primeiramente a perspectiva através dos mitos de Freud. Em *Édipo*, o pai é o interditor da mãe ao filho e aquele para o que a filha se volta na esperança de suplência o filho – ao ver a mãe sem o falo, entende que esta foi castrada e reconhece-a como ser limitado. Em ambos os sexos, os filhos passam pela fase fálica, porém, seus caminhos são diversos: o menino, ameaçado com a castração e com medo de perder seu pênis, que implica na perda da integridade narcísica, tendo que renunciar à mãe. A menina, ao reconhecer que a mãe não possui pênis, ou seja, que esta é privada do falo faz com que ela entre no Édipo e assim, volta-se para o pai.

Em *Totem e Tabu*, o pai violento e ciumento guarda para si todas as mulheres da família e mata, castra ou expulsa seus filhos à medida que crescem. Estes, unidos pelo ódio em comum contra o pai dominador, retornam ao clã, matam e devoram o pai, se arrependem, passam a venerá-lo e instauram duas normas que regem a sociedade primitiva: a proibição do homicídio e a interdição do incesto. Assim, segundo Freud, buscam anular o próprio ato, proibindo a morte do totem, o substituto do pai. Renunciam aos seus frutos, abrindo mão da reivindicação às mulheres que agora tinham sido libertadas. Institui-se então, do sentimento de culpa filial, os dois tabus fundamentais do totemismo.

Em *Moisés e o Monoteísmo*, o tema do assassinato reaparece quando Moisés, nobre egípcio, que introduz os judeus, então na servidão, ao culto monoteísta e intolerante de Aton. Moisés, então, representando a figura do pai, conduz o povo para fora do Egito, mas é assassinado.

Lacan busca respostas para a questão sobre o que é um pai por meio dos registros do pai simbólico, imaginário e real, fixando a ascendência da problemática paterna no complexo de Édipo. Afirma que o falo é o centro da gravidade da função paterna e o define como regulador do desejo entre a mãe e o filho.

Na atualidade, quando a Função Paterna é abordada, as crianças e adolescentes estão mais exigentes e cobram maior empenho e participação desse novo perfil de pai e, principalmente, necessitam mais do que nunca desses valores e limites paternos. O poder moderno passou a ser exercido através da disciplina e não da punição violenta e de castigos físicos, como acontecia no feudalismo.

O papel da psicanálise tem sido importante também nesse processo, pois participa dos saberes nos lares modernos e que em determinadas interpretações do trauma ajudaram a consolidar o declínio da função paterna, ao mesmo tempo em que concedeu à figura do pai, um papel central em suas elaborações teóricas.

O papel do pai, à época das elaborações de Freud, já se encontrava bastante reduzido no seio da sociedade. Esta não se organizava mais a partir da figura forte do pai e sim a partir de um ideal igualitário. A teoria freudiana sobre o pai reflete este estado de coisas ao conferir o lugar de pai todo poderoso a um morto, o pai primevo de *Totem e Tabu*.

O que o mito de *Totem e Tabu* caracteriza é uma sociedade em que o pai só pode ocupar o lugar de exceção enquanto morto, tratando-se, portanto, de um enaltecimento do pai que já denuncia sua decadência.

Na sociedade contemporânea, o pai continua perdendo o seu poder. Depois de não mais decidir sobre o casamento dos filhos, ele está perdendo também, para a mulher, sua autoridade em relação à educação destes. No contexto contemporâneo quando a função paterna é abordada, crianças e adolescentes, cobram maior empenho e participação do novo perfil de pai, necessitam mais do que nunca dos valores e limites paternos.

A representação tradicional da paternidade vem se alterando frente às mudanças na estrutura familiar e na sociedade. Apesar dessas transformações ocorridas no contexto da família, algumas atitudes inerentes à função do pai, como oferecer proteção, cuidado, amor, regras e limites ainda são necessárias para a formação da personalidade saudável dos filhos.

Sustentar as regras e os limites está ficando cada vez mais difícil e quando o lugar de autoridade fica vazio, acaba gerando a idéia de que cada um se governa

por si mesmo e as conseqüências geradas por essas atitudes são imprevisíveis. A função paterna, independentemente de quem as exerça somadas a outras condições favoráveis, são de fundamental importância para a estruturação psíquica do indivíduo. Assim, é importante perceber que hoje, a autoridade paterna não deve ser imposta, e sim conquistada por suas atitudes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, S. M. B. **Pai, aproxima de mim esse cálice: significações de juízes e promotores sobre a função paterna no contexto da justiça.** Tese de Doutorado apresentada à Universidade de Brasília – UNB. Instituto de Psicologia. Departamento de Psicologia Clínica. Brasília, 2006.

AZEREDO, F. **Caráter e contemporaneidade.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, UFRJ. Rio de Janeiro, 2003.

BOBBIO, N. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 1990.

DI GIORGI, M. Z. A. 09/08/2004. **As encruzilhadas do Édipo: caminhos para a possibilidade de aprendizagem.** Disponível em: <http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/as_encruzilhadas_do_edipo_2004.htm>. Acesso em outubro de 2007.

DOR, J. **O pai e sua função em psicanálise.** Traduzido por Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico.** 11 ed. São Paulo: Nacional, 1984.

FREUD, Sigmund. Totem e Tabu. In: SALOMÃO, Jayme (Dir.). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.** v. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1990. Edição original alemã em 1913 [1912-1913].

_____. Análise de uma fobia em um menino de cinco anos: o pequeno Hans. In: SALOMÃO, Jayme (Dir.). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.** v. XX. Rio de Janeiro: Imago, 1990. Edição original alemã em 1909.

_____. Moisés e o monoteísmo: três ensaios. In: SALOMÃO, Jayme (Dir.). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.** v. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1990. Edição original alemã 1939 [1934-1938].

_____. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: SALOMÃO, Jayme (Dir.). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.** v. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1990. Edição original alemã 1905.

_____. A dissolução do complexo de Édipo. In: SALOMÃO, Jayme (Dir.). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.** v. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1990. Edição original alemã em 1924.

_____. Sobre as teorias sexuais infantis. In: SALOMÃO, Jayme (Dir.). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.** v. IX. Rio de Janeiro: Imago, 1990. Edição original alemã em 1908.

_____. A organização genital infantil. In: SALOMÃO, Jayme (Dir.). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. v. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1990. Edição original alemã em 1923.

VASCONCELLOS, V. C. **O complexo de Édipo e suas vicissitudes**. 08/04/2002. Disponível em: <<http://www.geocities.com/vinivasc/psicologia/edipo.htm>>. Acesso em outubro de 2007.

JULIEN, P. **O manto de Noé**. Traduzido por Francisco Farias. Rio de Janeiro: Revinter, 1991.

LACAN, J. **Seminário IV: A relação de Objeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

MARANHÃO, B. C. C. A. **O poderoso chefe**: ou da paternidade como fundamento da lei em Totem e Tabu, de Freud. Ano 27. n. 52. p. 37-42. Belo Horizonte: Reverso, Set. 2005.

MARCONI, M. A. e LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. ; São Paulo: Atlas, 2001.

MORIN, E. **O pensar complexo**. Edgar Morin e a crise da modernidade. Rio de Janeiro: Garamond, 1994.

RIBEIRO, P. M. C. M. **Um real em jogo**: a função do pai e o sujeito na clínica. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. RJ, 2006.

ROMANELLI, G. **Autoridade e poder na família** In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant. (Org.). A família contemporânea em debate. São Paulo, EDUC/Cortez, 2003.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Traduzido por André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

RUFFINO, R. Fazendo valer: modalidade contemporânea. In: Associação Psicanalítica de Porto Alegre (org.). **Adolescência**: entre o passado e o futuro, Artes e Ofícios. Porto Alegre, 1997.

SANTOS, T. C. Séphora - **Núcleo de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo**. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2000.

SANTOS, T. C. **A angústia e o sintoma na clínica psicanalítica**. Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental. São Paulo. Ano IV, 2001a.

SANTOS, T. C. **Quem precisa de análise hoje?**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001b.

SANTOS, T. C. **Uma nova questão preliminar**: a resposta analítica aos novos sintomas. Anais do II Simpósio do Núcleo Séphora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Rio de Janeiro: Séphora, 2004.

SANTOS, T. C.; AZEREDO, Fabio André Moraes. **Um tipo excepcional de caráter.** Psyche. v. 9, no.16, São Paulo, 2005.

SILVA, J. M. **O lugar do pai:** uma construção imaginária. Dissertação de Mestrado da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Belo Horizonte, 2007.